



Orientações Consultoria de Segmentos

Análise comparativa RAIS Ano Base 2017 x 2016

30/01/2018

Sumário

1	Questão.....	3
2	Normas Apresentadas pelo Cliente.....	3
3	Análise da Consultoria	3
3.1	Orientações para Declaração Relação Anual Informações Sociais (RAIS)	8
4	Conclusão	11
5	Informações Complementares	11
6	Referencias	12
7	Histórico de Alterações	12

1 Questão

Esta análise aborda as diferenças entre a RAIS ANO-BASE 2017 x 2016.

2 Normas Apresentadas pelo Cliente

Portaria nº 31, de de Janeiro de 2017 - Aprova instruções para a Declaração da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS ano-base 2017.

A indicação da legislação pertinente ao caso é de inteira responsabilidade do Cliente solicitante

3 Análise da Consultoria

Antes de apresentar as diferenças entre a RAIS Ano-Base 2017 x 2016, conceituaremos alguns fatos relevantes sobre o Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

O que é a RAIS?

A gestão governamental do setor do trabalho conta com o importante instrumento de coleta de dados denominado de Relação Anual de Informações Sociais - RAIS. Instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23/12/75, a RAIS tem por objetivo:

- o suprimento às necessidades de controle da atividade trabalhista no País,
- o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho,
- a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais.

Os dados coletados pela RAIS constituem expressivos insumos para atendimento das necessidades:

- da legislação da nacionalização do trabalho;
- de controle dos registros do FGTS;
- dos Sistemas de Arrecadação e de Concessão e Benefícios Previdenciários;
- de estudos técnicos de natureza estatística e atuarial;
- de identificação do trabalhador com direito ao abono salarial PIS/PASEP.

Quem está obrigado a entregar a RAIS?

São obrigados a entregar a declaração da RAIS:

- inscritos no CNPJ com ou sem empregados - o estabelecimento que não possui empregados ou manteve suas atividades paralisadas durante o ano-base está obrigado a entregar a RAIS Negativa;
- todos os empregadores, conforme definidos na CLT;
- todas as pessoas jurídicas de direito privado, inclusive as empresas públicas domiciliadas no País, com registro, ou não, nas Juntas Comerciais, no Ministério da Fazenda, nas Secretarias de Finanças ou da Fazenda dos governos estaduais e nos cartórios de registro de pessoa jurídica;
- empresas individuais, inclusive as que não possuem empregados;
- cartórios extrajudiciais e consórcios de empresas;
- empregadores urbanos pessoas físicas (autônomos e profissionais liberais) que mantiveram empregados no ano-base;
- órgãos da administração direta e indireta dos governos federal, estadual ou municipal, inclusive as fundações supervisionadas e entidades criadas por lei, com atribuições de fiscalização do exercício das profissões liberais;
- condomínios e sociedades civis;
- empregadores rurais pessoas físicas que mantiveram empregados no ano-base;
- filiais, agências, sucursais, representações ou quaisquer outras formas de entidades vinculadas à pessoa jurídica domiciliada no exterior.

NOTAS

O estabelecimento isento de inscrição no CNPJ é identificado pelo número de matrícula no CEI, conforme parágrafo único do art. 2º do Decreto nº 76.900/75. Nessa categoria, incluem-se obras, empregadores pessoas físicas, urbanas e rurais que mantiveram empregados.

O estabelecimento inscrito no Cadastro Específico no INSS (CEI), que não possui empregados ou manteve suas atividades paralisadas durante o ano-base está dispensado de declarar a RAIS Negativa

A empresa/entidade que possui filiais, agências ou sucursais deve declarar a RAIS separadamente, por estabelecimento (local de trabalho), entendido como tal todos aqueles sujeitos à inscrição no CNPJ, na categoria de órgão-estabelecimento. No caso dos órgãos da administração pública direta ou indireta, a RAIS de cada órgão-estabelecimento deve ser fornecida separadamente, por local de trabalho dos empregados/servidores.

Estabelecimento/Entidade inscrito no CNPJ e no CEI deve apresentar a declaração da RAIS de acordo com o contrato de trabalho dos empregados, ou seja, se o contrato for pelo CEI as informações devem ser declaradas no CEI e se for pelo CNPJ as informações devem ser declaradas no CNPJ. No caso da declaração ser prestada no CEI, deve haver também a declaração da RAIS Negativa do CNPJ.

Estabelecimento/entidade em liquidação deverá entregar a RAIS mesmo nos casos de falência ou liquidação, pelos representantes legais definidos na legislação específica

O que demonstrar na RAIS?

As informações de cada empregado/servidor devem constar na RAIS de todos os estabelecimentos da empresa/entidade aos quais ele esteve vinculado durante o ano-base, cabendo, a cada estabelecimento (CNPJ específico), fornecer as informações referentes ao período em que o empregado esteve a ele vinculado, seja como "transferido", "cedido" ou na categoria de "contratado".

Quando o empregado/servidor possuir mais de um contrato ou ocupação com o mesmo estabelecimento/órgão, as informações de cada vínculo devem ser declaradas separadamente e as horas semanais devem ser informadas de acordo com o contrato.

No caso de empregado desligado e readmitido no decorrer do ano-base, as informações referentes a cada um dos períodos deverão ser fornecidas separadamente.

INFORMAÇÕES REFERENTES AO EMPREGADOR/SERVIDOR

DADOS PESSOAIS DO EMPREGADO/SERVIDOR

- CODIGO PIS/PASEP
- NOME DO EMPREGADO/SERVIDOR
- DATA DE NASCIMENTO
- CODIGO E DESCRIÇÃO DE RAÇA/COR
- DEFICIENTE HABILITADO OU BENEFICIÁRIO REABILITADO
- TIPO DE DEFICIÊNCIA/BENEFICIÁRIO REABILITADO
- SEXO
- CODIGO E DESCRIÇÃO DE NACIONALIDADE
- ANO DE CHEGADA
- CODIGO E DESCRIÇÃO DO GRAU DE INSTRUÇÃO
- CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - CTPS
- CPF
- PARA USO DA EMPRESA - DADOS DO EMPREGADO/SERVIDOR

INFORMAÇÕES DE ADMISSÃO

- DATA DE ADMISSÃO
- CODIGO E TIPO DE ADMISSÃO
- SALÁRIO_CONTRATUAL / VENCIMENTO BÁSICO
- HORAS SEMANAIS
- CODIGO E TIPO DE SALÁRIO CONTRATUAL
- CODIGO E DESCRIÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES - CBO

VÍNCULO EMPREGATÍCIO

- CODIGO E DESCRIÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO
- ALVARÁ JUDICIAL
- CODIGO E DESCRIÇÃO E DATA DE DESLIGAMENTO/VACÂNCIA OU TRANSFERÊNCIA/MOVIMENTAÇÃO
- LOCAL DE TRABALHO
- INFORMAÇÕES SINDICAIS
- INFORMAÇÕES RELATIVAS AS CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS DO EMPREGADO

- INDICADOR DE SINDICALIZADO

REMUNERAÇÕES MENSAIS

- REMUNERAÇÕES MENSAIS
- AVISO PRÉVIO INDENIZADO
- 13º SALÁRIO- ADIANTAMENTO
- 13º SALÁRIO-PARCELA FINAL
- VERBAS PAGAS NA RESCISÃO
- HORAS EXTRAS MENSAIS

Para que a entrega da RAIS, os campos da declaração, referentes aos dados do estabelecimento , devem ser preenchidos de acordo com as instruções apresentadas, a seguir:

DADOS DO ESTABELECIMENTO

- ANO-BASE DA DECLARAÇÃO
- TIPO DE DECLARAÇÃO
- ESTABELECIMENTO EM ATIVIDADE NO ANO-BASE
- TIPO DE INSCRIÇÃO CNPJ/CEI
- INSCRIÇÃO CNPJ/CEI
- PREFIXO
- CEI VINCULADO
- RAZÃO SOCIAL DO ESTABELECIMENTO
- PARA USO DA EMPRESA - DADOS DO ESTABELECIMENTO
- TELA DAS INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTABELECIMENTO
- ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES
- TIPO DE CONTROLE DE PONTO

DADOS DO RESPONSÁVEL

Nesta tela você deve identificar a Razão Social/Nome do responsável pela declaração de entrega da RAIS, bem como seu endereço e telefone para contato.

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA DECLARAÇÃO DA RAIS

- TIPO DE INSCRIÇÃO DO RESPONSÁVEL
- INSCRIÇÃO NO CNPJ/CEI/CPF
- RAZÃO SOCIAL/NOME
- LOGRADOURO (RUA,AVENIDA,PRAÇA)

- NÚMERO
- COMPLEMENTO
- BAIRRO
- CEP

DADOS DO MUNICÍPIO

- Cód.MUNIC.
- NOME DO MUNICÍPIO
- UF

TELEFONE

- DDD
- NÚMERO DO TELEFONE DO RESPONSÁVEL
- E-MAIL DO RESPONSÁVEL
- NOME DO RESPONSÁVEL
- CPF DO RESPONSÁVEL
- DATA DE NASCIMENTO DO RESPONSÁVEL

Para saber mais sobre a RAIS Ano-base 2017, leia o texto da Portaria nº 31 , de 16 de Janeiro de 2018, disponível para download.

Quando entregar as informações a RAIS?

O prazo para a entrega da declaração da RAIS inicia-se no dia 23 de janeiro de 2018 e encerra-se no dia 23 de março de 2018.

Notas:

I – após o dia 23 de março de 2018 a entrega da declaração continua sendo obrigatória, porém está sujeita à multa;

II – Havendo necessidade de retificar as informações prestadas, o término do prazo para a entrega da RAIS RETIFICADORA, sem multa, é 23 de março de 2018.

Penalidades a RAIS?

O atraso na entrega da declaração, omissão ou declaração falsa ou inexata, sujeitam o estabelecimento à multa, conforme determina a Portaria nº 14, de 10 de fevereiro de 2006, alterada pela Portaria nº 688, de 24 de abril de 2009.

Art. 2º O empregador que não entregar a RAIS no prazo legal ficará sujeito à multa prevista no art. 25 da Lei nº 7.998, de 1990, a ser cobrada em valores monetários a partir de R\$ 425,64 (quatrocentos e vinte e cinco reais e sessenta e quatro centavos), acrescidos de R\$ 106,40 (cento e seis reais e quarenta centavos) por bimestre de atraso, contados até a data de entrega da RAIS respectiva ou da lavratura do auto de infração, se este ocorrer primeiro.

Parágrafo único. O valor da multa resultante da aplicação do previsto no caput deste artigo, quando decorrente da lavratura de Auto de infração, deverá ser acrescido de percentuais, em relação ao valor máximo da multa prevista no art. 25 da Lei nº 7.998, de 1990, a critério da autoridade julgadora, na seguinte proporção:

I - de 0% a 4% - para empresas com 0 a 25 empregados;

II - de 5% a 8,0% - para empresas com 26 a 50 empregados;

III - de 9% a 12% - para empresas com 51 a 100 empregados;

IV - de 13% a 16,0% - para empresas com 101 a 500 empregados; e

V - de 17% a 20,0% - para empresas com mais de 500 empregados.

Art. 3º O empregador que omitir informações ou prestar declaração falsa ou inexata ficará sujeito à multa prevista no art. 25 da Lei nº 7.998, de 1990, a ser cobrada em valores monetários a partir de R\$ 425,64 (quatrocentos e vinte e cinco reais e sessenta e quatro centavos), acrescidos de R\$ 26,60 (vinte e seis reais e sessenta centavos) por empregado omitido ou declarado falsa ou inexatamente.

Art. 4º O valor resultante da aplicação dos arts. 2º e 3º será dobrado se o atraso na entrega ou correção do erro ou omissão ultrapassar o último dia do ano de exercício para entrega da RAIS em referência.

Para o cumprimento do disposto na referida Portaria, o estabelecimento poderá recolher a multa de forma espontânea mediante Documento de Arrecadação de Receitas Federais – DARF, a ser preenchido com o código da Receita: 2877 e com o Número de Referência 3800165790300842-9, conforme Ato Declaratório Executivo Corat nº 72, de 12/08/2004 (DOU de 13.8.2004).

O pagamento da multa não isenta o empregador da obrigatoriedade de prestar as informações requeridas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

3.1 Orientações para Declaração Relação Anual Informações Sociais (RAIS)

Com a publicação no Diário Oficial da União, da Portaria nº 31, de 16 de Janeiro de 2018 - temos as instruções para a Declaração da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS Ano-Base 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, encontra-se disponível no link abaixo:

http://www.rais.gov.br/sitio/rais_ftp/ManualRAIS2017.pdf

Abaixo destacaremos as alterações.

PARTE I – Instruções Gerais

Prazo de Entrega das Informações

Início - 23 de janeiro de 2018

Término – 23 de março de 2018

Notas:

I – após o dia 23 de março de 2018 a entrega da declaração continua sendo obrigatória, **porém está sujeita à multa;**

II – Havendo necessidade de retificar as informações prestadas, o término do prazo para a entrega da RAIS RETIFICADORA, sem multa, é 23 de março de 2018.

Atenção!

O prazo legal para o envio da declaração da RAIS não será prorrogado.

Encerramento das Atividades

Página 12 item 9, o texto abaixo foi excluído:

“O(A) estabelecimento/entidade que encerrou as atividades em 2016 e não entregou a declaração da RAIS deverá marcar a opção “Encerramento das Atividades”, disponível no programa GDRAIS2016, e informar a data do encerramento de suas atividades. A data de desligamento dos empregados, quando for o caso, é obrigatória e deve ser menor ou igual à data de encerramento das atividades do estabelecimento.”

Nova Declaração

Página 17, foram acrescentados os seguintes tópicos :

G) No campo Estab./Entid. Exerceu atividade no ano-base – o seu preenchimento deverá ser obrigatório, quando o CNPJ, perante a Receita Federal estiver “Ativo” ou “Suspendido” até o dia 31 de dezembro, marcando a opção “sim”.

H) Para uso da empresa – campo não-obrigatório, de livre utilização pela empresa.

Natureza Jurídica

Foram adicionadas às já existentes:

1. Administração Pública

103-1 – Órgão Público do Poder Executivo Municipal

106-6 – Órgão Público do Poder Legislativo Municipal

108-2 – Órgão Público do Poder Judiciário Estadual

110-4 – Autarquia Federal

112-0 – Autarquia Municipal

115-5 – Fundação Pública de Direito Público Municipal

118-0 – Órgão Público Autônomo Municipal

120-1 – Fundo Público

122-8 – Consórcio Público de Direito Privado

124-4 – Município

127-9 – Fundação Pública de Direito Privado Municipal

2. Entidades Empresariais

- 204-6 – Sociedade Anônima Aberta
- 205-4 – Sociedade Anônima Fechada
- 206-2 – Sociedade Empresária Limitada
- 208-9 – Sociedade Empresária em Comandita Simples
- 213-5 – Empresário (Individual)
- 216-0 – Grupo de Sociedades
- 222-4 – Clube/Fundo de Investimento
- 223-2 – Sociedade Simples Pura
- 226-7 – Sociedade Simples em Comandita Simples
- 227-5 – Empresa Binacional
- 229-1 – Consórcio Simples

3. Entidades sem Fins Lucrativos

- 306-9 – Fundação Privada
- 308-5 – Condomínio Edifício
- 311-5 – Entidade de Mediação e Arbitragem
- 313-1 – Entidade Sindical
- 321-2 – Fundação ou Associação Domiciliada no Exterior
- 323-9 – Comunidade Indígena
- 324-7 – Fundo Privado
- 326-3 – Órgão de Direção Regional de Partido Político
- 327-1 – Órgão de Direção Local de Partido Político
- 328-0 – Comitê Financeiro de Partido Político
- 330-1 – Organização Social (OS)

4. Pessoas Físicas

402-2 – Segurado Especial

5. Instituições Extraterritoriais

503-7 – Outras Instituições Extraterritoriais

Informações relativas ao controle de jornada dos trabalhadores:

Ajustado o item 6 -“ Estabelecimento adotou sistema eletrônico alternativo previsto no art 2º da Portaria 373/2011”, que no manual anterior estava incorreto repetindo o item 1 na página 24.

Parte II - Informações Ref. Empregado/Servidor:

Horas Semanais

Página 30, orienta como proceder nos casos de Contrato por Tempo Parcial e Trabalho Intermitente, e exemplifica conforme abaixo:

“B.5) Horas semanais – indicar o número de horas normais de trabalho do empregado/servidor por semana, sem incluir horas extras. Para os trabalhadores que optarem pelo Trabalho por Tempo Parcial, suas horas semanais não podem ultrapassar 30 horas. Para os trabalhadores que optarem pelo Trabalho Intermitente a forma de pagamento será por horário, sendo que o preenchimento no campo “Horas Contratuais” permitirá apenas o valornos casos de igual a 1(um), referente a hora trabalhada. Exemplos:

8 horas por dia em semana de 5 1/2 dias = 44

8 horas por dia em semana de 5 dias = 40

6 horas por dia em semana de 6 dias = 36

6 horas por dia em semana de 5 dias = 30

4 horas por dia em semana de 6 dias = 24”

Notas:

II – A aprendiz, grávida no ano que completa 24 anos, o estabelecimento deverá preencher o campo “confirma a gravidez da trabalhadora”, indicando a opção “sim”.

IV – Para os trabalhadores que, no decorrer do ano-base, tiveram mudança no tipo de vínculo trabalhista (Trabalho por Tempo parcial, Teletrabalho e Trabalho intermitente), conforme a reforma trabalhista da CLT, o estabelecimento deverá indicar a opção “sim”.

V – O aprendiz não se enquadrará, com relação à mudança de vínculo, para as opções Trabalho por Tempo Parcial e Trabalho Intermitente.

Informações de Desligamento:

Foi incluído:

90. Desligamento por Acordo entre empregado e empregador, art. 484-A, Lei 13.467/17.

4 Conclusão

Com base nas informações anteriormente referenciadas, entendemos que o sistema deve ser atualizado para suporte a este processo e cumprir com a exigência do Ministério do Trabalho e Emprego.

“O conteúdo deste documento não acarreta a assunção de nenhuma obrigação da Totvs perante o Cliente solicitante e/ou terceiros que porventura tiverem acesso ao material, tampouco representa a interpretação ou recomendação da TOTVS sobre qualquer lei ou norma. O intuito da Totvs é auxiliar o cliente na correta utilização do software no que diz respeito à aderência à legislação objeto da análise. Assim sendo, é de TOTAL RESPONSABILIDADE do Cliente solicitante, a correta interpretação e aplicação da legislação em vigor para a utilização do software contratado, incluindo, mas não se limitando a todas as obrigações tributárias principais e acessórias.”

5 Informações Complementares

Basicamente o impacto está na geração e transmissão do arquivo da RAIS.

6 Referencias

- <http://rais.gov.br/sitio/index.jsf>

7 Histórico de Alterações

ID	Data	Versão	Descrição	Chamado/ Ticket
REN	16/02/2016	1.00	Análise Comparativa RAIS Ano-Base 2016 x 2015	2176878